

## A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NAS PLATAFORMAS DE GOVERNO DE UMA CANDIDATA E DE UM CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NAS ELEIÇÕES DE 2010 NO BRASIL

CAROLINA TOMAZ BATISTA<sup>1</sup>, MARIA APARECIDA RESENDE OTTONI<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho é resultado do desenvolvimento de um plano de trabalho financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/UFU, anuênio: 2010-2011. Nosso objetivo foi investigar como a mulher é representada discursivamente pela então candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff (PT), e pelo candidato José Serra (PSDB), e como as questões relacionadas à mulher são tratadas nas suas plataformas de governo. Para isso, apoiamos-nos nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) devido ao seu olhar social e linguisticamente orientado para observar as temáticas sobre gênero e poder. Focalizamos, especialmente, a Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough (2001), que trabalha com uma abordagem tridimensional do discurso, envolvendo texto, prática discursiva e prática social. Neste artigo, centramos-nos na análise das plataformas de governo. Os resultados mostraram que a temática da mulher ocupa um espaço bem maior na plataforma de governo de Dilma Rousseff que na de Serra. Mostraram, ainda, uma representação discursiva da mulher atrelada apenas à esfera privada do lar: a mulher mãe.

**PALAVRAS-CHAVE:** política, mulher, discurso, representação, Análise de Discurso Crítica.

**ABSTRACT:** This work is the result of developing a work plan funded by the Institutional Scientific Initiation Scholarships - PIBIC/CNPq/UFU, anuênio: 2010-2011. Our objective was to investigate how women are represented discursively by the candidates for Presidency of the Republic, Dilma Rousseff (PT) and José Serra (PSDB), and how related women's issues are treated in their platforms of government. For this, we rely on the conceptual framework of Critical Discourse Analysis (Fairclough, 2001, 2003) due to its socially and linguistically oriented look at the issues of gender and power. We focus especially the Social Theory of Discourse, proposed by Fairclough (2001), which works with a three-dimensional approach of discourse involving text, discursive practice and social practice. In this paper, we focus on the analysis of the platforms of government. The results showed that the subject of women occupies a much larger space in the platform of government of Dilma Rousseff than in the one of Sierra. They also showed a discursive representation of women linked only to the private sphere of home: a mother woman.

**KEY WORDS:** politics, woman, discourse, representation, Critical Discourse Analysis.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Educação, Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco G, campus Santa Mônica, Uberlândia, 38.408-100, [caroltomazb@gmail.com](mailto:caroltomazb@gmail.com).

<sup>2</sup> Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco U, sala 220, campus Santa Mônica, Uberlândia, 38.408-100, [cidotoni@gmail.com](mailto:cidotoni@gmail.com).

## 1. INTRODUÇÃO

Com o início de nossas atividades no Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia e logo depois no Grupo de Pesquisas e Estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, do qual a Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni é líder, começamos a fazer diferentes leituras concernentes à política e às questões de gênero. Isso fez aguçar um desejo que já trazíamos de investigar uma questão que pode ser considerada social, política e de gênero: a representação da mulher nos discursos de uma candidata e de um candidato à presidência do Brasil – Dilma Rousseff e José Serra.

É consabido que a mulher passou a ocupar espaços em diferentes campos de atuação; dentre eles, a política. Nesse campo, a mulher teve sua primeira inserção em 1928, quando Alzira Soriano assumiu o cargo de Prefeita de Lajes, Rio Grande do Norte, pelo Partido Republicano. Até então, somente os homens ocupavam espaço nesse campo e, sem dúvida, seus discursos não contemplavam os anseios das mulheres.

Hoje, temos mulheres ocupando diferentes cargos políticos tanto no Brasil como em outros países. Como exemplo, podemos citar: Margareth Thatcher, primeira ministra da Inglaterra; Michele Bachelet, ex-presidente do Chile; Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil no Brasil; Roseana Sarney, ex-governadora do estado do Maranhão; Marina Silva, senadora pelo estado do Acre; Marta Suplicy, ex-prefeita do estado de São Paulo e ex-ministra do Turismo.

Esses exemplos representam um pouco do que a mulher tem conquistado no campo político. Além de ocuparem espaços nos municípios, estados e no senado, as mulheres estão lutando para conquistar o cargo maior do poder executivo no Brasil.

Considerando que, pelas pesquisas veiculadas na mídia, Dilma e Serra eram os dois candidatos com maiores chances de vencer as eleições; considerando ainda a oposição político-partidária que eles representam e a importância do voto feminino na decisão de quem seria o sucessor do presidente Lula, selecionamos, como foco de nossa investigação, a representação da mulher e de questões a ela relacionadas no discurso dessa candidata e desse candidato.

Nosso objetivo, então, foi investigar como os dois representaram discursivamente a mulher e questões a ela relacionadas, nos debates entre as/os candidatas/os ao primeiro e segundo turnos, e como essas questões foram tratadas em suas plataformas de governo. Partimos do pressuposto de que a diferença de gênero e de concepções políticas entre a

candidata e o candidato poderia interferir na forma como cada um representaria a mulher em seu discurso.

Neste artigo, centramo-nos na análise da representação discursiva da mulher nas plataformas de governo de Dilma Rousseff e de José Serra e na análise de como questões relacionadas à mulher são tratadas nesses documentos.

Acreditamos que a representação, como explica Fairclough, é um processo de construção social de práticas, incluindo a autoconstrução reflexiva. Ela participa e molda os processos e práticas sociais. Assim sendo, o discurso como modo de representação também molda os processos e práticas sociais e é por eles moldados, desempenhando papel fundamental na vida social. Por isso, é fundamental que seja investigado. E, para isso, apoiamo-nos nos pressupostos teóricos da Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) – abordagem da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003).

## **2. TEORIA SOCIAL DO DISCURSO (TSD) E ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)**

Fairclough (2001) propõe a Teoria Social do Discurso (TSD), que se trata de uma abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC). A principal característica da TSD é a consideração da relação entre linguagem e vida social como intrínseca e dialeticamente relacionada com os diversos elementos sociais. O objetivo do trabalho de Fairclough é unir uma análise de discurso orientada linguisticamente ao pensamento social e político.

Dentro da Teoria Social do Discurso, é necessário o esclarecimento de alguns termos. O primeiro deles é a definição do próprio discurso, que para a TSD não se trata de uma ação puramente individual e isolada. Ao contrário, é uma forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Há, nessa concepção, uma relação dialética entre discurso e estrutura social, de modo que o discurso molda e é moldado pela sociedade.

Fairclough (2001) distingue três aspectos constitutivos do discurso. Primeiro, ele contribui para a construção das identidades sociais. Segundo, contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. Terceiro, contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Outro conceito importante dentro da Teoria Social do Discurso é o de práticas sociais, que são definidas como as maneiras habituais de agir historicamente situadas. Logo, o discurso está associado a práticas sociais, que estão relacionadas às estruturas sociais.

Dois tipos de direcionamento do discurso são explorados por Fairclough: o discurso como prática política e ideológica. Os discursos muitas vezes são utilizados ou “investidos” política e ideologicamente. As formas de investimentos devem ser observadas, já que por meio delas podem ser identificadas transformações ou naturalizações nos discursos. Fairclough destaca que em algumas situações a naturalização de alguns discursos pode também vir a ser um ponto de contestação do discurso. Desta forma, nota-se o possível rearranjo das ordens de discurso.

A TSD aponta um modelo tridimensional para análise do discurso, que compreende as dimensões: texto, prática discursiva e prática social. Esse modelo busca aglutinar tradições analíticas para que ocorra uma análise de discurso crítica linguística e socialmente orientada.

Na análise textual, temos a “descrição” e na análise da prática discursiva e da prática social temos a “interpretação”.

Ao voltar-se mais especificamente para o texto – uma dimensão do evento discursivo, Fairclough direciona seus quadros de análise para os textos em si e seus sentidos. Ele propõe a seguintes categorias para análise dessa dimensão: controle interacional, polidez, ethos, vocabulário (significado das palavras, criação de palavras e metáforas), gramática (transitividade, tema, modalidade), coesão e estrutura textual.

Dessas categorias, em nossa pesquisa trabalhamos com a seguinte: vocabulário. Essa categoria mostra-se relevante para nosso estudo porque nos auxilia na investigação de como a candidata e o candidato representam discursivamente a mulher e tratam as questões relacionadas à mulher. Nesse sentido, olhar para o vocabulário que utilizam na representação da mulher e no tratamento dessas questões é produtivo.

Com relação à dimensão da prática discursiva, ela media as dimensões do texto e da prática social. Ela envolve os processos de produção, consumo e distribuição dos textos. Cada texto possui suas peculiaridades e é produzido em determinado contexto. Para a análise dessa dimensão, o autor apresenta as seguintes categorias: condições da prática discursiva (produção, distribuição, consumo), intertextualidade manifesta e cadeias intertextuais, interdiscursividade e coerência.

Dessas categorias, trabalhamos com as seguintes: condições da prática discursiva, intertextualidade manifesta, interdiscursividade. Essa seleção se deve ao fato de acreditarmos que em toda a análise devem-se levar em conta as condições da prática discursiva e, no que diz respeito às outras duas categorias, consideramos importante observar a quais discursos, textos e vozes Dilma e Serra recorrem para tratar das questões relacionadas à mulher.

Sobre as condições da prática discursiva, a atenção se volta para a especificação das práticas sociais de produção, distribuição e consumo do texto. É necessário lembrar que os textos são produzidos em circunstâncias diferenciadas e são consumidos também de forma diferenciada. Consumo e produção podem ocorrer tanto de maneira individual quanto coletiva, como acontece com cartas de amor e com textos jornalísticos, respectivamente. É preciso também compreender como a distribuição dos textos é feita. Certos textos apresentam uma distribuição simples, como uma carta pessoal ou uma conversa casual, já outros possuem uma distribuição complexa, pois ela se dá em diferentes instituições.

No tocante à intertextualidade, Fairclough diferencia dois tipos: a) intertextualidade manifesta; b) intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade. A intertextualidade manifesta trata-se de uma intertextualidade explícita, aquela na qual os textos utilizados na construção de determinado texto são mostrados claramente, por meio, por exemplo, do uso de aspas e de verbo *dicendi*. Já a interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva é formada de maneira heterogênea e construída através de elementos das ordens de discurso. A construção heterogênea dos textos não é construída por textos demarcados, mas sim por elementos encontrados nas ordens do discurso.

Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 72), “A heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos é chamada de interdiscursividade. A análise interdiscursiva de um texto relaciona-se à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados”.

No que diz respeito à terceira dimensão, a da prática social, dois conceitos são fundamentais: ideologia e hegemonia. Fairclough (2001) entende a ideologia como construções e significações da realidade. As identidades e relações sociais que são construídas em diversas formas e sentidos dentro das práticas discursivas colaboram para a manutenção ou transformação das relações de dominação. Para o autor,

as ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos. Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para, a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica. Essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso (...) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120).

Fairclough critica a teoria do sujeito de Althusser, no aspecto em que subestima a capacidade do sujeito de agir individual e coletivamente. Para Fairclough, os sujeitos estão

posicionados ideologicamente, contudo podem agir contra as práticas ideológicas. Fairclough acredita na transformação e transposição da ideologia, enquanto Althusser tem a concepção da ideologia como um “cimento social”, ou seja, algo sólido, extremamente ligado à estrutura social.

Fairclough, em seus trabalhos, utiliza os construtos sobre ideologia de Thompson (1995). Este autor concentra suas ideias sobre ideologia nos aspectos das relações de dominação criadas por ela, retirando o caráter de ilusão ou falta de consciência oferecida pela concepção de Marx, ligada à divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Para Thompson, as relações de dominação não ocorrem somente do ponto de vista da relação de classes, mas podem ser vistas também nas relações entre raças, gêneros, nativos e estrangeiros.

De acordo com a Teoria de Ideologia de Thompson, a ideologia, em seu sentido crítico, volta-se para as relações de dominação por meio de instrumentos simbólicos, através das várias manifestações discursivas como, por exemplo, em artigos, reportagens e filmes.

Para este autor, o conceito de ideologia é inerentemente negativo. A ideologia é, por natureza, hegemônica. E, nesse sentido, as formas simbólicas são ideológicas somente quando servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder.

Outro termo diretamente ligado à prática social é a hegemonia. Segundo Fairclough (2001, p. 122),

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

As questões hegemônicas estão em concordância como a dialética do discurso, no sentido de poder haver sempre que possível uma rearticulação de elementos. Outros elementos contribuem para reafirmação ou mudança, entre eles a prática discursiva na produção de textos.

Dentro das questões que envolvem as lutas hegemônicas e transformações sociais, Fairclough aprofunda-se na mudança social. As mudanças sociais estão ligadas tanto a alguma forma de rompimento com as regras vigentes quanto às lutas estruturais em níveis que variam do institucional ao social. Fairclough destaca o que se poderia chamar de naturalização do discurso. Isso ocorre no momento em que um discurso particular passa a tornar-se público

e principalmente coerente para outros sujeitos. Tal processo possibilita a abertura para novas formas de hegemonia.

Pelo que aqui foi exposto, notam-se as dimensões do discurso que a TSD pode explorar, e principalmente, como esses aspectos constituem e são constituídos pela sociedade.

Nossa escolha por essa abordagem da Análise de Discurso Crítica deve-se ao seu caráter contemporâneo, indispensável para a análise das práticas discursivas e sociais vigentes atualmente. Ela é uma abordagem transdisciplinar que busca prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e de poder. Por isso, consideramo-la relevante para nossa investigação.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

Nossa metodologia de pesquisa está baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa (GEERTZ, 1978; LÜDKE & ANDRÉ, 1986) e da Análise de Discurso Crítica – enquanto teoria e método - (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; WODAK & MEYER, orgs., 2001; FAIRCLOUGH, 2001, 2003), porque nosso objetivo não é quantitativo, mas interpretativo.

Acreditamos que a condução da pesquisa nesse campo metodológico possibilita ao pesquisador construir uma visão global e articulada do objeto investigado e sua relação com os aspectos socioculturais, políticos e econômicos.

Para a execução de nossa pesquisa, seguimos estes passos: a) revisão, fichamentos e discussão da literatura, atividade que foi executada durante toda a pesquisa; b) leitura das plataformas de governo da candidata Dilma Rousseff e do candidato José Serra; c) análise, com base em categorias analíticas da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003), de como a mulher é representada discursivamente nessas plataformas e de como as questões relacionadas à mulher são tratadas; d) gravação dos debates televisionados, referentes ao 1º e 2º turnos das eleições. Optamos pela utilização de todos os debates, pois percebemos que muito pouco se falava sobre a mulher nos debates. Assim, acreditamos que seria importante coletar todos para nossa investigação, para que pudéssemos ter uma visão mais ampla e clara de como a mulher é representada discursivamente pela candidata e pelo candidato nos debates. Dessa forma, ampliamos o número de debates previsto, fazendo a análise de todos: quatro do primeiro turno e quatro no segundo turno; e) Identificação dos trechos em que os candidatos fazem referência à mulher e transcrição desses trechos; e) Análise de como a candidata e o candidato representam discursivamente a mulher nos

debates, com base em categorias analíticas da TSD e da ADC (FAIRCLOUGH, 2001, 2003); f) organização dos dados referentes às análises e comparação.

Enfim, o *corpus* de nossa pesquisa é constituído de: duas plataformas de governo – uma de Dilma Rousseff e outra de José Serra; oito debates, sendo quatro do primeiro turno e quatro do segundo turno. Contudo, como já dissemos, neste artigo tratamos apenas das plataformas de governo.

#### **4. ANÁLISE DAS PLATAFORMAS DE GOVERNO DE DILMA E DE SERRA**

Para melhor exposição da análise, organizamos esta seção em três partes. Na primeira, descrevemos as plataformas de governo da candidata e do candidato. Na segunda, analisamos as práticas sociais das quais as plataformas são parte. Na terceira, realizamos a análise da prática discursiva e da dimensão do texto. Para isso, dividimos a terceira parte em três tópicos: primeiramente, analisamos a produção, a distribuição e o consumo das plataformas; depois, a intertextualidade e a interdiscursividade e, em seguida, as escolhas linguístico-textuais.

##### **4.1 Descrição das plataformas**

As plataformas são documentos nos quais os candidatos registram seus projetos e propostas para os cargos a que concorrem. A partir de 2010, uma nova lei eleitoral, proposta pelo deputado Otávio Leite (RJ), obriga as/os candidatas/os a presidente, governador e prefeito a registrar suas plataformas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É do site do TSE que retiramos as plataformas dos referidos candidatos, por meio dos seguintes endereços eletrônicos: a) Dilma Rousseff: <http://virou.gr/piTPra>; b) José Serra: <http://virou.gr/qE2inW>.

A plataforma de governo de Dilma Rousseff é organizada em 23 páginas. O texto é produzido em terceira pessoa e dividido em dezessete tópicos, que representam os eixos temáticos correspondentes aos assuntos fundamentais para um governo federal. Desses dezessete, um é voltado especialmente para o tratamento de questões relacionadas à mulher “XIII) Fortalecer o Estado e construir a igualdade para aprofundar a autonomia econômica, política e social das mulheres”; outro tópico também faz referência à mulher “XI) Direitos humanos e proteção de homens, mulheres e jovens”.

Em alguns dos tópicos, identificamos trechos em que questões relacionadas à mulher são abordadas e é neles que concentramos nossas análises.



Com relação ao plano de José Serra, ele se apresenta de forma diferenciada, pois não é constituído de um texto único, ou de uma lista de tópicos a serem tratados na campanha. O que se tem na plataforma de José Serra são trechos transcritos dos discursos proferidos por Serra em eventos do PSDB. No documento oficial apresentado ao TSE, tem-se a identificação dos locais nos quais os referidos eventos se realizaram. São eles: os discursos de José Serra no Encontro Nacional dos Partidos PSDB, DEM e PPS, em 10/04/2010, em Brasília, e na Convenção Nacional do PSDB, em Salvador, na qual José Serra foi escolhido como candidato do partido à presidência da República.

A seguir apresentamos o parágrafo inicial do plano, no qual se tenta justificar como e por que a plataforma foi organizada de maneira diferenciada:

Os discursos de José Serra no Encontro Nacional dos Partidos PSDB, DEM e PPS, em 10/04/2010, em Brasília, e na Convenção Nacional do PSDB, em Salvador, na qual José Serra foi escolhido como candidato do partido à presidência da República, resumem as idéias, propostas e principais linhas de ação pretendidas pelo candidato. E por isso são integram o pedido de registro de candidatura, atendendo a determinação legal. (PS<sup>3</sup>, 2010, p. 1)

Na plataforma se esclarece que os dois discursos apresentados serão utilizados como propostas de governo por apresentarem um resumo do que propõe o candidato José Serra.

O plano se organiza em 14 páginas, sendo subdivido em duas partes, correspondentes a dois discursos utilizados para a produção do documento. Cada discurso ocupa cerca seis páginas e meia.

#### **4.2 Análise das práticas sociais das quais as plataformas de governo são parte**

As plataformas de governo fazem parte da prática social política das eleições. Por ser o Brasil um país democrático, a prática social das eleições é comum na sociedade brasileira. Essa prática inclui vários discursos, pessoas e, em especial, jogos de poder. Nosso sistema de governo corresponde ao presidencialismo, ou seja, o cargo federativo mais alto da república é o de presidente, sendo o mandato cumprido durante quatro anos, tendo a possibilidade de uma reeleição consecutiva.

Todas as ações políticas e comunicacionais são investidas para que as/os eleitoras/es acreditem e “comprem” as propostas e os ideais apresentados por quem pretende governar o

---

<sup>3</sup> Ao final de cada trecho transcrito das plataformas de governo, usamos a seguintes siglas: PD para designar a plataforma de governo de Dilma e PS, para plataforma de governo de Serra.

país. A aceitação ou rejeição das propostas, por parte das/os eleitoras/es, é um dos aspectos importantes a serem observados no processo eleitoral. O foco principal é a/o eleitora/or, pois parte das ações das/os candidatas/os é modificada a partir das impressões e reações do eleitorado.

É importante levar em conta também em nossas análises sobre a prática social das eleições o contexto sócio-histórico e político no qual o Brasil está inserido na atualidade. Como acontece em outros países, dois grandes partidos, com posicionamentos político-ideológicos antagônicos, destacam-se nas disputas dos cargos públicos no Brasil: o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

O primeiro, o PSDB, é tido como um partido tipicamente de direita, com características conservadoras e tradicionais, com histórico de políticas de privatização e alinhado aos pressupostos do sistema capitalista.

Durante muitos anos, o PSDB conquistou boa parte dos cargos públicos importantes da sociedade brasileira, com os governos de estados relevantes na economia e política brasileira, como São Paulo, com José Serra e Geraldo Alckmin, e Minas Gerais, com Aécio Neves. Além disso, manteve Fernando Henrique Cardoso na presidência da República por oito anos consecutivos.

Já o PT possui um histórico oposto, com características ideológicas consideradas de esquerda e com tendências socialistas. O partido foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, com caráter esquerdista, tendo seu início em um evento no Colégio Sion, em São Paulo.

Por muito tempo o PT teve poucas vitórias nos estados e municípios maiores. Contudo, houve uma grande transformação política no país, marcada, especialmente, pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da república, em 2002, quando venceu o candidato do PSDB José Serra.

A partir desse acontecimento, os papéis se inverteram: quem era oposição tornou-se situação e o partido acostumado a ver-se na situação passou a ser a oposição.

Essa reconfiguração de papéis possibilitou ao país experimentar outra maneira de governar, com ações políticas sociais voltadas para a população mais pobre, além da reorganização da educação superior, proporcionando uma inserção maior das classes menos abastadas nas universidades. A inserção da mulher nos cargos de poder foi também vivenciada no governo de Lula, já que Dilma Rousseff ocupou um dos cargos mais importantes do governo federal, o ministério da Casa Civil, além de ser o braço direito do presidente nas tomadas de decisões importantes para o país.

O papel desempenhado por Dilma no governo de Luis Inácio Lula da Silva possibilitou que, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher tivesse chances reais de vencer uma eleição para o cargo mais alto da democracia brasileira: o da presidência da República.

É nesse contexto sócio-histórico e cultural que as plataformas de governo analisadas inserem-se como parte integrante da prática social política das eleições.

### **4.3 Análise da prática discursiva e da dimensão do texto**

#### **4.3.1 Análise da produção, distribuição e consumo das plataformas**

As plataformas são produzidas coletivamente, pois são elaboradas por uma equipe partidária da/o candidata/o, que procura expressar, da forma mais clara possível, as propostas dessa/e candidata/o. São as plataformas de governo que norteiam a campanha política.

A produção desse texto não é uma prática comum à maioria das/os brasileiras/os, mas, sim, a um grupo pequeno. Ele tem uma linguagem muito particular do universo político e é um texto produzido somente em período eleitoral.

No que diz respeito à distribuição dos planos de governo, podemos dizer que ela é complexa, porque eles podem ser distribuídos em vários domínios institucionais. Devido ao avanço tecnológico, essa distribuição é feita em grande parte por meio de um site. Outra forma de distribuição das plataformas de governo pode ser classificada como indireta. Ela ocorre com a disseminação dos *links* em *blogs* de eleitoras/es e jornalistas especializadas/os em política. Nessa forma de distribuição, feita pela rede mundial de computadores, a difusão é rápida e sem um controle eficaz de como o plano é apresentado, defendido ou criticado. Esse detalhe faz a diferença em relação a como o texto é interpretado na sociedade, já que a forma como o texto é apresentado pode influenciar na construção de sentidos.

Quanto ao consumo da plataforma de governo, ele é coletivo, pois é feito por diferentes grupos políticos e por uma parcela da sociedade.

#### **4.3.2 A intertextualidade e a interdiscursividade nas plataformas**

Segundo Fairclough (2001), a intertextualidade é basicamente a propriedade que os textos têm de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente.

Em alguns trechos dos planos de Dilma Rousseff e de José Serra, temos a inserção da referência a vários outros textos, tais como: o PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres), a lei que regulamenta o aborto, os detalhes sobre o programa social “Bolsa Família” e as referências constantes às ações do governo Lula. O trecho a seguir ilustra a inserção de um desses textos:

- (1) Fortalecer a institucionalidade existente para garantir e avançar uma política de igualdade: A construção de políticas que afirmam a igualdade será possível ao serem incorporadas pelo conjunto das ações do governo por isto o fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres deve ser ampliada e assegurada e assim aumentar o alcance de suas ações na implementação e aprofundamento das diretrizes e ações dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (I e II PNPM). (PD, 2010, p.18).

A utilização dos textos do PNPM demonstra que a candidata Dilma possui uma preocupação em inserir um texto feito por mulheres, que representa a voz desses sujeitos e que trata especificamente dos os anseios das mulheres.

Outro aspecto a destacar é que o PNPM foi produzido durante o governo Lula e a inserção de referências ao documento na plataforma contribui para a construção de sentido de que as propostas feitas no governo Lula teriam continuidade, caso Dilma fosse eleita. O diálogo com textos, remetendo à continuidade dos feitos de Lula também pode ser percebido na citação do programa social “Bolsa Família.” Dessa forma, evidencia-se uma relação harmônica entre o texto da plataforma, o do PNPM, o referido programa e o discurso do governo Lula.

Já na plataforma de Serra, encontramos a seguinte ocorrência:

- (2) Não foram conquistas de um só homem ou de um só Governo, muito menos de um único partido. Todas são resultado de 25 anos de estabilidade democrática, luta e trabalho. E nós somos militantes dessa transformação, protagonistas mesmo, contribuimos para essa história de progresso e de avanços do nosso País. Nós podemos nos orgulhar disso. É com base neles que também reafirmo: o Brasil, meus amigos e amigas, pode mais. (PS, 2010, p.1)

Percebemos que Serra também usa o mesmo recurso que Dilma quando se trata de intertextualidade: a referência ao passado de ex-presidentes, no caso, Fernando Henrique Cardoso. Serra dá ênfase aos feitos do último governo tucano e ressalta que são resultado de muitos anos dedicados aos trabalhos públicos no Brasil.

No trecho, destacamos a marca de negação que o inicia porque acreditamos, como afirma Fairclough (2001), que as negativas são geralmente usadas com finalidades polêmicas.

Elas carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los. No exemplo citado, há uma pressuposição de que alguns afirmam que o Brasil é o que é hoje devido à atuação de Lula. Essa pressuposição é rejeitada e contestada no plano de governo de Serra. Ele procura destacar a participação do PSDB e dos políticos desse partido na construção dos resultados que vemos hoje no Brasil e mostrar que eles não são fruto apenas da ação de Lula e do PT.

No tocante à interdiscursividade, dentro do plano de governo de Dilma<sup>4</sup> podemos observá-la na abordagem de questões relacionadas à mulher. Nota-se a preocupação das/os produtoras/es da plataforma de governo de Dilma Rousseff em dedicar um tópico em especial para tratar de temas e problemas do universo da mulher. Nesse tópico, identificamos a inserção de vários discursos. Dentre eles, citamos: o político, o trabalhista, o de raça, o de igualdade de gênero e de valorização das diferenças.

A seguir, apresentamos um trecho para ilustrar cada um desses discursos. Entretanto, não o ilustramos o discurso político com um trecho específico, por acreditarmos que ele permeia todo o plano de governo.

Observamos que o discurso trabalhista aparece no plano de Dilma muito associado a questões de gênero e ao discurso de igualdade de gênero, além do discurso de raça, como em:

- (3) Garantir a autonomia pessoal e o direito ao trabalho: A independência econômica é uma das condições para a emancipação das mulheres e do seu direito pleno ao exercício da cidadania. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas é extremamente positivo embora ainda se realize em condições muito desiguais especialmente no que tange à remuneração salarial que entre as mulheres negras chega a cerca de 60% a menos do que os homens brancos. (PD, 2010, p. 18)

No exemplo (3), há um destaque para a autonomia pessoal feminina e para o direito ao trabalho. No texto, estabelece-se uma ligação direta entre independência econômica, a emancipação das mulheres (primeira vez que o termo é utilizado no plano de governo) e o exercício da cidadania.

O trecho ressalta o crescimento da mulher no mercado de trabalho, considerando-o positivo e trata também das condições de remuneração desiguais entre mulheres e homens e entre as mulheres negras e os homens brancos. Nota-se ainda a inserção de um discurso trabalhista e de um discurso de raça associado a um de gênero, quando se faz referência à

---

<sup>4</sup> No plano de Serra, como não há trechos em que ele trate de questões relacionadas à mulher, como explicitamos mais adiante, não analisamos a interdiscursividade. Isso porque nosso objetivo é investigar a quais discursos a candidata e o candidato recorrem ao tratarem dessas questões.

baixa remuneração da mulher negra - um dos grupos sociais que mais sofre discriminações, em especial no trabalho.

Teoricamente, o exercício da cidadania não tem uma ligação intrínseca com a situação econômica, uma vez que o direito à cidadania é de todos. Contudo, é importante se pensar no porquê de se representar na plataforma de Dilma a independência econômica como uma das condições para a emancipação das mulheres e do seu direito ao exercício pleno da cidadania. Essa representação ecoa um discurso de oposição a uma cultura machista, segundo a qual a mulher é dependente, em vários sentidos, - em especial, economicamente – do homem: pai ou marido.

O discurso trabalhista é trazido para o plano de governo como forma de destacar a desigualdade ainda presente nas empresas, em relação à atribuição diferenciada de cargos e salários às mulheres e aos homens e de mostrar uma preocupação da candidata com essa situação. Essa é uma forma de discriminação de gênero trazida para o plano de Dilma como uma representação do que se tem no Brasil. Em oposição a isso, a candidata assinala um comprometimento com a construção da igualdade de gênero na esfera do trabalho.

Todos os discursos presentes no plano de governo de Dilma são relevantes para a construção de uma imagem de candidata comprometida e preocupada com as diferenças – não só de gênero -, com a promoção da igualdade e de acesso às mulheres a diferentes esferas sociais. Apoiar essas causas é um bom argumento para um candidato na atualidade, quando se defende tanto a inclusão e o respeito às diferenças.

Pode-se dizer que essa imagem condiz com a identidade pública esteticizada<sup>5</sup> em nossa sociedade para uma candidata à presidente da república. Por ser uma mulher, candidata à presidência, esperava-se que, em seus discursos, Dilma Rousseff demonstrasse uma preocupação com as mulheres de uma forma mais explícita que os candidatos do sexo masculino e que se voltasse para a exposição de propostas direcionadas para a mulher multifacetada, aquela que ocupa inúmeras funções na sociedade, como mulher de negócios, estudante, mãe e dona de casa.

Em linhas gerais, no plano de governo de Dilma Rousseff, nota-se a construção de um texto que une basicamente três discursos: o primeiro, que busca ressaltar os ganhos que o Brasil obteve com os oito anos do governo Lula; o segundo, que pretende associar a atuação da candidata a uma continuação dos feitos do último governo, mas com outros caminhos para o desenvolvimento; e o último, e que mais interessa para nossa pesquisa, que defende a

---

<sup>5</sup> Sobre esteticização das identidades públicas, ver Fairclough (2003).

valorização da mulher nos diferentes espaços, que busca aglutinar os anseios mais básicos das mulheres como emancipação política, social e econômica e que luta contra um discurso machista e patriarcal.

Como bem afirma Fairclough (2001), o discurso é uma prática política e ideológica. Ele é investido política e ideologicamente e as formas de investimento devem ser observadas, já que, por meio delas, podem ser identificadas transformações ou naturalizações nos discursos. Para identificar isso, a análise das escolhas linguístico-textuais é também relevante. É nela que nos centraremos no próximo tópico.

### **4.3.3 As escolhas linguístico-textuais nas plataformas**

No que diz respeito à dimensão do texto, focalizamos, especialmente, a análise do vocabulário e da ordenação do masculino e feminino. Essa análise se mostra relevante para nosso estudo porque, por meio do vocabulário e dessa ordenação, é possível perceber como a candidata e o candidato representam discursivamente a mulher e tratam as questões relacionadas à mulher. Nesse sentido, olhar para o vocabulário que utilizam e para a ordenação de gênero é produtivo.

Segundo Fairclough (2001, p. 211), podemos trabalhar o vocabulário, em três termos, que são: significado de palavra, criação de palavras e metáfora. Acreditamos que uma análise das escolhas de ordenação dos termos relativos ao gênero feminino e masculino nas plataformas é importante. Por isso, antes de nos atermos ao vocabulário, tecemos algumas considerações sobre essa ordenação.

Atualmente, como parte de uma agenda política de inclusão explícita das mulheres nas práticas discursivas, muitas/os pesquisadoras/es têm optado pelo emprego de um termo no feminino antes do termo no masculino como uma forma também de se opor a uma construção consensual, em que o masculino é empregado antes do feminino ou se utiliza o masculino genérico. Essa é uma justificativa de nossa opção também por empregar o feminino seguido do masculino neste artigo.

Considerando a candidatura de uma mulher à presidência, era de se esperar que, em seu plano, seu comprometimento com essa agenda política estivesse marcado por meio da escolha do feminino precedendo o masculino. Contudo, não é isso que se encontra ao longo do plano. Há, sim, uma postura contrária à da hegemonia do uso do masculino genérico e uma preocupação por parte das/os produtoras/es do documento em sempre fazer referência também ao feminino.

Contabilizamos seis momentos nos quais se utilizam, no plano, termos tanto no feminino como no masculino como, por exemplo, homens e mulheres, negros e negras e brasileiros e brasileiras. Desse total, em quatro, o masculino precede o feminino e, somente em dois casos, o feminino precede o masculino. A seguir mostramos um exemplo em que o termo masculino precede o feminino e outro em que a ordem dos termos se inverte:

- (4) aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza, facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego, formação, saúde e melhor renda. (PD, 2010, p. 3)
- (5) “promover, por meio de ações políticas em todas as esferas do Governo, a igualdade entre mulheres e homens.” (PD, 2010, p. 15)

Coloca-se, nesses trechos, o acesso ao emprego, além de outros benefícios, como formação, saúde e melhores rendas, para mulheres e homens, mostrando que os benefícios serão para ambos os sexos.

É importante destacar que, no trecho (5), em que a referência ao feminino vem antes do masculino, a construção “igualdade entre” precede o primeiro termo. Podemos inferir que a ordenação do feminino em primeiro lugar dá destaque ao grupo mais desfavorecido na situação desigual existente entre os gêneros no nosso país. Nesse sentido, é a parte que merece maior investimento por parte da candidata. Contudo, no plano não se explicitam quais serão as ações que promoverão a igualdade de gênero.

Há no fragmento (5) ainda uma pressuposição de que não há uma igualdade de gênero no Brasil, pois é preciso construí-la e promovê-la. Tal situação pressupõe também que uma das premissas da justiça, que é a igualdade de todos perante a lei, não é totalmente cumprida, já que o verbo promover dá a idéia de trabalhar a favor de alguma coisa, ou favorecer o progresso de algo.

Na plataforma de governo de Dilma, chamou-nos a atenção também a ocorrência da palavra construção e de seus derivados. Foi possível observar quatro momentos em que a candidata utiliza a palavra construção ou derivados. Vejamos a seguir um desses exemplos:

- (6) Tendo em vista o papel da divisão sexual do trabalho como base da opressão sobre as mulheres, o Estado deve assumir sua responsabilidade na construção de políticas que alterem as desigualdades de gênero. O terceiro governo do PT deve ter como eixo estruturante do seu programa, a construção da igualdade entre mulheres e homens. As políticas devem também contribuir por desconstruir a cultura machista e patriarcal, que aprofundam a desigualdade e exclusão social das mulheres. (PD, 2010, p. 17).

Como se sabe, o significado das palavras não é formado sem influências socialmente orientadas. Os termos aqui analisados, “construção”, “construir”, “desconstruir”, significam



que algo precisa ser feito. A construção pressupõe algo que não existe e a desconstrução algo que existe, mas não é/está bom. Nesse caso, inexistem políticas que alterem as desigualdades de gênero e existe uma cultura patriarcal e machista, a qual a candidata se opõe.

O trecho reafirma a situação de opressão feminina sofrida e ressalta a responsabilidade do Estado em relação à transformação dessa realidade. Em “o Estado deve assumir sua responsabilidade”, fica subentendido que o Estado não cumpre completamente seu papel de combate às desigualdades enfrentadas pela população, no caso, a desigualdade de gênero. Os termos desigualdade e exclusão social são diretamente associados à cultura machista, apontada como desencadeadora dos problemas de desigualdade de gênero.

No mesmo trecho, observamos ainda o uso do verbo modal “deve”, indicando obrigatoriedade do Estado e um comprometimento da candidata com a promoção da igualdade de gênero. Além disso, na plataforma de Dilma, evidencia-se uma preocupação em deixar claro que a luta das mulheres também será a luta do governo Dilma, caso seja eleita e, no documento, o combate à violência contra a mulher é tratado não só como um interesse das mulheres, mas do Estado como um todo. Essa afirmação traz para o Estado a responsabilidade de uma ação para parte da população.

- (7) “Combater a violência contra as mulheres como uma ação do Estado: A ação do governo Lula nos últimos sete anos tem demonstrado que o Estado pode cumprir um importante papel no combate à violência contra as mulheres e a cobrança da tão necessária implementação pelos demais entes federativos e poderes constituídos de suas diretrizes mostra o compromisso ideológico e cultural do governo democrático popular com a luta das mulheres. Avançar nesta política inovadora e ampliar o seu alcance enquanto política de Estado exigirá uma institucionalidade à altura destes desafios.” (PD, 2010, p. 18)

A escolha do termo “ação”, em “a ação do governo Lula nos últimos sete anos”, merece atenção no trecho (7), pois destaca que algo realmente foi feito e não ficou apenas no plano das ideias, o que contribui para a construção de uma representação favorável ao governo Lula e ao compromisso assumido pela candidata. No trecho (7) ainda, as/os produtoras/es da plataforma procuram demonstrar que o Estado realmente pode propiciar mudanças favoráveis às mulheres. Isso é também marcado pelo uso do modalizador “pode”, que expressa a ideia de que é possível ao Estado atuar no combate à violência contra as mulheres. E, no trecho em análise, essa capacidade do Estado foi evidenciada no governo Lula.

Considerando que a candidata pretende dar continuidade aos feitos desse governo, fica implícito o compromisso de atuar também nesse combate.

- (8) “Garantir e ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão: Promover e fortalecer a participação igualitária plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão com vistas a uma mudança cultural na sociedade à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e protagonismo das mulheres a exemplo do que demonstrou as duas conferências nacionais de políticas para as mulheres.” (PD, 2010, p. 18).

Nos trechos (7) e (8), é importante observar as escolhas dos verbos nas propostas de governo: combater, garantir e ampliar, promover e fortalecer. Eles possibilitam a construção de uma representação de uma política voltada para o combate ao que é mau para as mulheres e para a promoção de transformações favoráveis a elas e de garantia de direitos. Eles sinalizam um compromisso com a inserção de forma ampla da mulher nos espaços de poder e de decisão e reforçam que os direitos e espaços conquistados pela mulher serão respeitados e que sua participação será ampliada e fortalecida.

No trecho (8), ainda, as escolhas dos termos “autonomia e protagonismo” remetem-nos a um discurso em prol das mulheres em posição de liderança e não de opressão e submissão.

Com relação à saúde da mulher, o trecho (9) abaixo ilustra a única parte do plano em que se trata mais especificamente disso. Contudo, o tratamento restringe-se a somente um aspecto da saúde feminina, que é o relacionado direta ou indiretamente à maternidade, o que mostra um discurso conservador, que atrela a mulher apenas ao papel de mãe.

- (9) “Promover a saúde da mulher e os direitos sexuais e direitos reprodutivos: O Estado brasileiro reafirmará o direito das mulheres ao aborto nos casos já estabelecidos pela legislação vigente dentro de um conceito de saúde pública.” (PD, 2010, p.18).

Outros assuntos relacionados à saúde feminina, como câncer de mama, que ainda é considerado um problema grave enfrentado pelas mulheres, não são contemplados em nenhum momento. Também não se encontram menções a métodos anticoncepcionais ou a pré-natal.

Sobre o aborto, o plano somente reafirma uma lei do Estado<sup>6</sup>; não há proposta, ou mudanças no tratamento da questão, mas sim apenas uma garantia do direito ao aborto, segundo as leis brasileiras.

Nota-se, então, uma representação da mulher atrelada à maternidade, realizada, especialmente, por meio das escolhas “direitos reprodutivos” e “aborto”.

Fairclough expõe que a relação palavra-significado pode modificar-se com o passar do tempo, abrindo espaço para os significados potenciais, que são instáveis, sinalizando

---

<sup>6</sup> O Código Penal de 1940 trata do aborto no Título I (Dos Crimes contra a Pessoa), Capítulo I (Dos crimes contra a vida), criminalizando a prática em todas as hipóteses com penas de até três anos de reclusão, mas extinguindo a punição se o ato for praticado por médico, para salvar a vida da gestante ou quando a gravidez resulta de estupro.

mudanças sociais ocorridas. Nessa perspectiva, encontramos também um exemplo importante dentro do plano de Dilma Rousseff, em que se emprega o vocábulo “presidenta” e não “presidente”. Vejamos a seguir:

(10) “Ao contrário daquela que Lula recebeu a herança a ser transmitida à próxima presidenta será bendita”. (PD, 2010, p. 2).

Como já dissemos, as escolhas lexicais feitas pela/o produtora/or de um texto sinalizam seu posicionamento político-ideológico. Em (10), ao optar pelo uso de “presidenta” e não de “presidente”, as/os produtoras/es do plano de Dilma não só colocam em destaque o fato de a candidata ser mulher, como se posicionam de modo a valorizar a luta da mulher pelo seu reconhecimento. Tal ação pode ser uma forma de afirmar que a posição será ocupada por uma mulher, o que nunca ocorreu no nosso país.

O uso do feminino “presidenta” não é comum no Brasil. Ele passou a empregado por poucos, há pouco tempo, o que pode estar relacionado ao fato de que as eleições de 2010 foram as primeiras em que uma candidata apresentou-se com real possibilidade de ser eleita. Contudo, o emprego do termo “presidenta” tem gerado muita polêmica. Isso é um exemplo de como as mudanças sociais provocam mudanças discursivas e vice-versa.

Apresentamos a seguir os recortes de alguns trechos do plano de governo de José Serra em que se faz referência à mulher, como fizemos com relação à plataforma de governo de Dilma Rousseff.

Primeiramente, ressaltamos que, no plano de José Serra, poucas referências foram encontradas. O candidato não reserva propostas em relação à mulher em sua plataforma de governo. No documento, o que identificamos foi a não utilização do masculino genérico, nos momentos em que o candidato se dirige diretamente ao eleitorado, especialmente em vocativos. Das dez vezes em que ele usa um termo nos dois gêneros, apenas em uma o feminino precede o masculino.

Tais escolhas podem parecer insignificantes à maioria das/os leitoras/es e eleitoras/es. Contudo, elas expressam um discurso comprometido ou não com a inclusão da mulher e podem indicar não só uma tendência como uma forma de manutenção de um discurso conservador.

(11) O governo deve ouvir a voz dos trabalhadores e dos desamparados, das mulheres e das famílias, dos servidores públicos e dos profissionais de todas as áreas, dos jovens e dos idosos, dos pequenos e dos grandes empresários, do mercado financeiro, mas também do mercado dos que produzem

alimentos, matérias-primas, produtos industriais e serviços essenciais, que são o fundamento do nosso desenvolvimento, a máquina de gerar empregos, consumo e riqueza. (PS, 2010, p. 2)

(12) E eu me esforço para tornar digno o trabalho de todo homem e mulher, do ser humano como ele foi. (PS, 2010, p.3)

(13) Se o povo assim decidir, vamos governar com todas e com todos, sem discriminar ninguém. (PS, 2010, p.3)

É importante destacar que, no trecho (11), o candidato separa as mulheres da classe dos trabalhadores, operando uma diferenciação (THOMPSON, 1995) entre os grupos: trabalhadores, desamparados, mulheres e famílias. Já no trecho (12) ele as inclui. Isso pode ser um indicativo de uma luta interdiscursiva, em que se confrontam dois discursos: um que associa a mulher apenas ao domínio do lar e outro que a relaciona também à esfera do trabalho.

Em cinco dos dez trechos, o candidato refere-se às/aos eleitoras/es como “meus amigos e minhas amigas” e esse vocativo vem sempre acompanhado da afirmação “o Brasil pode mais”. Essa escolha denota uma tentativa de se aproximar de suas/seus interlocutoras/es, de criar uma relação de familiaridade entre candidato e eleitoras/es e constrói uma representação de que ele é um parceiro do povo e de que, se eleito for, fará mais pelo Brasil do que o governo anterior fez.

Além de chamar o povo brasileiro para lutar por um país melhor, Serra ainda utiliza atributos positivos para qualificá-lo como “gente de bem, inteligente, gente que quer melhorar, gente disposta, confiante, exigente, às vezes crítica, muitas vezes com razão em suas reclamações, mas sempre brasileiros e brasileiras batalhadores”. Ao avaliar positivamente as/os eleitoras/es, tenta conseguir a adesão delas/es ao seu discurso.

Somente no trecho (13), o termo feminino precede o masculino. Tal ordenação ocorre justamente quando o candidato faz alusão à existência de discriminação no país. Essa escolha mostra motivações por parte das/os produtoras/es do texto da plataforma de governo, pois a re colocação dos termos pode indicar que, ao trazer o tema da discriminação para o ponto central da fala, o candidato busca mostrar que já adota uma postura não discriminatória com relação à mulher.

Contudo, a falta de tratamento de questões relacionadas à mulher e, especialmente, a uma política de igualdade de gênero pode denotar uma despreocupação do candidato com esses aspectos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÃO SOBRE AS ANÁLISES

Antes de tecermos as considerações finais sobre nossa pesquisa, é importante que façamos uma reflexão sobre a nossa prática, como é característico de um analista de discurso crítico.

Queremos aqui ressaltar que não exaurimos tudo que há para ser dito sobre a temática de nossa pesquisa e sobre os dados. Sem dúvida, o que dissemos aqui é somente uma parte de tudo que poderia ser dito; o que enxergamos nos dados é apenas uma parte do que poderia ser explorado, e muitas outras questões relevantes acerca do tema e do material analisado ficaram por ser tocadas. Isso se deve, especialmente, ao recorte que fizemos, em termos de quais categorias analisar, e ao fato de ser esta apenas uma parte de nossa investigação. Para além disso, como pondera Fairclough (2003), as análises não podem dizer tudo que existe em um texto, por mais que o conhecimento científico social colabore para elas. Portanto, muitas lacunas estão aí para serem preenchidas por pesquisas que possam ser desenvolvidas a partir desta, como afirma Ottoni (2007).

A seleção feita da teoria, dos dados, das categorias analíticas e a forma como organizamos esta pesquisa constituem um conjunto de caminhos importantes que nos possibilitaram obter os resultados que obtivemos na análise de um gênero vinculado à prática social política – as plataformas de governo.

Nós pudemos observar uma diferença na estrutura dos dois planos de governo e acreditamos que essa diferença pode influenciar na forma como as/os leitoras/es eleitoras/es leem e na construção de representações distintas para a candidata e para o candidato.

Identificamos, também, uma diferença em relação ao conteúdo dos dois documentos, no que concerne, especialmente, ao tratamento de questões relacionadas à mulher. Na plataforma de governo de Dilma, há um tópico específico para tratar das questões referentes à mulher como o direito ao trabalho, à saúde e à moradia. Contudo, em alguns pontos desse tópico, pudemos observar que as propostas ainda se apresentam de forma tímida, se as observarmos pelo prisma da valorização da mulher. Isso porque os assuntos mais específicos relacionados à mulher, como a violência doméstica, o câncer de mama ou uma valorização dos estudos e formação acadêmica não são citados no plano de governo.

Já no plano de José Serra não há um tópico especial voltado para o tratamento de questões relacionadas às mulheres. A referência à mulher se restringe a vocativos, como “mãe”, “brasileiras” e “amigas”. É possível perceber que em alguns trechos do plano de

governo do candidato esses vocativos estão ligados à mãe/dona de casa. Ou seja, a mulher permanece sendo vista como mãe e como ligada à esfera privada do lar. Essa é uma representação tradicional de gênero.

Com relação à intertextualidade nas plataformas, identificamos que há um diálogo do texto da plataforma de Dilma com os textos do PNPM, da legislação vigente, com os textos que fazem referência à situação em que o país estava quando Lula assumiu a presidência, ao “Bolsa Família” e às ações do governo Lula. Já Serra traz para a plataforma textos que fazem referência ao passado de ex-presidentes, no caso, Fernando Henrique Cardoso. Serra procura destacar a participação do PSDB e dos políticos desse partido na construção dos resultados que vemos hoje no Brasil e mostrar que eles não são fruto apenas da ação de Lula e do PT.

No que diz respeito à interdiscursividade nas plataformas, na de Dilma identificamos a inserção de vários discursos; dentre eles: o político, o trabalhista, o de raça, o de igualdade de gênero e de valorização das diferenças. Acreditamos que todos eles são relevantes para a construção de uma imagem de candidata comprometida e preocupada com as diferenças – não só de gênero -, com a promoção da igualdade e de acesso às mulheres a diferentes esferas sociais. Essa imagem, como afirmamos, condiz com a identidade pública esteticizada em nossa sociedade para uma candidata à presidente da república.

No tocante às escolhas lexicais e textuais presentes nos trechos das plataformas em que se faz referência à mulher, esperávamos que Dilma, por ser mulher, marcasse, em sua plataforma, seu comprometimento com a agenda política de inclusão explícita das mulheres nas práticas discursivas, por meio do emprego de um termo no feminino antes do termo no masculino. Contudo, não foi isso que encontramos. Das seis ocorrências em que aparecem termos tanto no feminino como no masculino, somente em dois casos o feminino precede o masculino.

Ainda sobre a plataforma de governo de Dilma, chamou-nos a atenção a ocorrência da palavra construção e seus derivados. Os termos analisados, “construção”, “construir”, “desconstruir”, significam que algo precisa ser feito. A construção pressupõe algo que não existe e a desconstrução algo que existe, mas não é/está bom. Nesse caso, inexistem políticas que alterem as desigualdades de gênero e existe uma cultura patriarcal e machista, a qual a candidata se opõe. Da mesma forma, é importante ressaltar o emprego do vocábulo “presidenta”. Ao optar pelo uso de “presidenta” e não de “presidente”, as/os produtoras/es do plano de Dilma não só colocam em destaque o fato de a candidata ser mulher, como se posicionam de modo a valorizar a luta da mulher pelo seu reconhecimento.

Na plataforma de José Serra, por sua vez, o candidato não reserva propostas em relação à mulher. As/Os produtoras/es restringem-se a não utilização do masculino genérico, nos momentos em que o candidato se dirige diretamente ao eleitorado, especialmente por meio de vocativos.

Tais escolhas expressam um discurso comprometido ou não com a inclusão da mulher e podem indicar não só uma tendência como uma forma de manutenção de um discurso conservador. Por isso, é preciso observá-las e refletir sobre os seus efeitos.

O que podemos concluir é que o espaço oferecido para as questões relacionadas à mulher é distinto nas plataformas de Dilma e de Serra e que isso pode estar associado à diferença de gênero da candidata e do candidato. Contudo, apesar de encontrarmos marcas de representação da mulher e de questões a ela relacionadas nos textos das duas plataformas, mesmo que em proporções diferenciadas, percebemos que essa representação está muito ligada a uma visão influenciada por um discurso conservador de gênero. Predomina a abordagem de questões relacionadas a: pré-natal, parto, aborto, casa, educação dos filhos. Dessa forma, o que se tem é uma representação da mulher restrita ao espaço privado do lar, à de mulher mãe – aquela que precisa de uma casa para abrigar a família, aquela que tem filhos, que se preocupa com a educação dos filhos. Portanto, apesar das muitas conquistas da mulher e do fato de se tratar de uma mulher candidata à presidência, o que se tem é a prevalência de um discurso tradicional de gênero. Observamos que a candidata e o candidato não levaram em conta, em suas plataformas, a pluralidade dos papéis desempenhados pela mulher pós-moderna, seus novos perfis e necessidades.

Para finalizar, gostaríamos de destacar que a utilização da Análise de Discurso Crítica foi de extrema importância para nossas análises, já que ela nos possibilitou olhar para o linguístico, o discursivo e o social. Essa visão do todo e das partes é fundamental na análise dos diferentes gêneros, discursos e identidades que circulam em nossa sociedade.

Esperamos que nossas análises possam contribuir positivamente para que eleitoras/es e pesquisadoras/es percebam como as mulheres são representadas no discurso político e possam questionar as representações construídas. Dessa maneira, espera-se que se constituam leitoras/eleitoras e leitores/eleitores mais conscientes de como os discursos podem construir representações conservadoras e de interesses hegemônicos.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALDÉ, A. & VASCONCELLOS, F. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais**. v. 39, n.2, p.61-69, 2008.

CHOULIARAKI, L. e FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Coord. e pref. à ed. bras. I. Magalhães. Trad. Magalhães *et al.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

FRANCISCO, K. C. A comunicação política nas eleições 2006: a internet como espaço aliado. In: QUEIROZ, A. C. F.; MACEDO, R. G. (org.). **A propaganda política no Brasil Contemporâneo**. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO / Metodista de Comunicação, 2008. 2º artigo da 4ª parte. Disponível em: [http://74.125.155.132/scholar?q=cache:7BO2u8DcWVgJ:scholar.google.com/+FRANCISCO,+K.+C.+A+comunica%C3%A7%C3%A3o+pol%C3%ADtica+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+2006&hl=pt-BR&as\\_sdt=2000](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:7BO2u8DcWVgJ:scholar.google.com/+FRANCISCO,+K.+C.+A+comunica%C3%A7%C3%A3o+pol%C3%ADtica+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+2006&hl=pt-BR&as_sdt=2000)

FREITAS, A. **Aborto – Guia para profissionais de comunicação**. Paula Viana (coord.); Beatriz Galli *et al.* (colaboradores). Recife: Grupo Curumim, 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Trad. F.F. Wrobel. Rev. G. Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOMES, M. C. A. Mulheres e política: analisando a representação sociocultural midiática. **Linguagem em (dis)curso**. Tubarão, v.7, n.2, p.195-214, mai/ago. 2007

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNARDI, E. F. Política é coisa de homem: disciplinarização e representações femininas na imprensa político-partidária catarinense no início republicano (1889- 1894). **Fazendo gênero 8**. Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8fHLkDLihx8J:www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST54/Emy\\_Francielli\\_Lunardi\\_54.pdf](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8fHLkDLihx8J:www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST54/Emy_Francielli_Lunardi_54.pdf)

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 9, n.1, p. 253-267, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2001000100015&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2001000100015&script=sci_arttext&tlng=es)

MIGUEL, L. F. & QUEIROZ C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.14, n.2, p. 363-385, mai/agosto 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2006000200007&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2006000200007&script=sci_arttext&tlng=en)

OTTONI, M. A. R.. **Os gêneros do humor no ensino da Língua Portuguesa: uma abordagem discursiva crítica**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.



RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

WODAK, R. & MEYER, M. (eds). **Methods of critical discourse analysis**. Londres: Sage, 2001: 121-138.